

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Conceio do Estado (Campo Grande) Class.: 5146

Data: 18.08.88

Pg.: _____

4468 Promotor denuncia fazendeiro pelo assassinato de Marçal

Cinco anos depois de o líder guarani Marçal de Souza ter sido assassinado no Mato Grosso do Sul, o promotor público da Comarca de Ponta Porã, Antonio Clemente Neto, ofereceu denúncia contra o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima e Rômulo Gamarra. Eles são acusados, conforme a denúncia apresentada no

último dia 15, de terem cometido homicídio qualificado, ou seja, o assassinato ocorreu por motivo fútil, à traição, de emboscada ou foi utilizado outro recurso que tornou impossível a defesa de Marçal (Artigo 121, Parágrafo 2.º, Incisos II, IV e V, do Código Penal). Oferecida a denúncia pelo promotor, iniciou-se a ação penal, devendo então os acusados e as testemunhas serem ouvidas pelo juiz competente.

Marçal de Souza, conhecido como Marçal Tupã'i, foi assassinado no dia 25 de novembro de 1983 na Aldeia Campestre, Município de Antonio João-MS. Vinte dias antes ele havia recebido a visita de uma pessoa que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que convencesse um grupo de índios kaiowá guarani, da Aldeia Piracuí, Município de Bela Vista, a abandonar suas terras, cuja propriedade era reivindicada por Astúrio Monteiro.

Marçal recusou a oferta, re-

cebeu ameaça e acabou sendo assassinado. Telegramas e cartas de 22 países foram enviados na época ao governo brasileiro solicitando a apuração da morte de Marçal, mas somente agora, com a apresentação da denúncia, é que foi instaurada a ação penal. Marçal de Souza, por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, fez um discurso na cidade de Manaus, representando as tribos indígenas do País, quando denunciou as violências que vinham sofrendo.

Ontem, em Campo Grande, o presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos "Marçal de Souza", Ricardo Brandão afirmou que há cinco anos o Centro esperava que se fizesse justiça com a abertura regular do processo, para que os acusados possam se defender. O inquérito foi instaurado pela Polícia Federal, que após a sua conclusão o remeteu para a Justiça, sendo agora oferecida a denúncia.